

[Digite texto]



**Ilustríssimo Senhor Presidente**  
**da Comissão Permanente de Licitações**  
**da Prefeitura Municipal de Vacaria - Rio Grande do Sul**

**Ref. Concorrência 06/2012**

**ENGESA - ENGENHARIA E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.494.315/0001-11, com sede na Av. Juca Batista, nº 1231, bairro Cavahada, na cidade de Porto Alegre/RS, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, IMPUGNAR, nos termos do § 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94, o Edital de Concorrência 06/2012, processo administrativo 154.771/12:

Cabe ressaltar o que dispõe a Lei 8.666/1993, no que tange à legitimidade para impugnação de edital:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.”

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o **segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ante as considerações feitas inicialmente, o impugnante passa agora a questionar alguns pontos que comprometem o interesse público da administração, e também dos administrados, maculando a validade do certame, como adiante demonstrado, sendo necessária a retificação editalícia.





## INCOMPLETUDE DAS PLANILHAS DE CUSTOS DO EDITAL

De acordo com o presente edital, verifica-se que a licitação e conseqüente contratação será regida pela Lei n° 8.666/93.

Destarte nota-se, em que pese à reconhecida competência desta entidade, que o certame não possui estimativa detalhada de valor para cálculo dos itens unitários necessários e devidamente especificados, o que afronta o próprio art. 3º, da Lei 8666/93, haja vista que não garante a seleção da proposta mais vantajosa para Administração.

Apesar de existir a planilha em si destacando os principais elementos de custo do serviço, a mesma não possui qualquer referência numérica quanto aos valores ou percentuais fixos que compõe o montante mínimo exequível, de modo a afrontar diretamente o disposto na alínea f, do inciso IX, do art. 6º e no §2º, do art. 7º, da lei n° 8666/93.

Veja-se, que toda licitação de serviços deve possuir um projeto básico, o qual está discriminado no artigo 6º da Lei de Licitações:

“Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

f) “orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.” (grifo nosso)

(Dentro do projeto básico, deverá haver orçamento detalhado, com cada custo devidamente discriminado, conforme a alínea f), inciso IX, artigo 6º, acima citado.

Todavia verifica-se a incompletude da planilha de custos existente no edital, porquanto, sem valores especificados para cada item exigido, discriminando, entre outros, os impostos a serem recolhidos, os insumos que deverão ser utilizados, os encargos sociais, etc., as empresas têm suas propostas dificultadas para fixação de preço, ensejando uma contratação não vantajosa para entidade pública, eis que não há clarividência de que a contratação cumpre o preço de mercado, deixando ao critério subjetivo da comissão e também dos licitantes.

Deve-se entender por custos unitários a contemplação de todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como: custos salariais, com observância das remunerações mínimas definidas para o piso da categoria, devidamente firmado em acordo ou convenções trabalhistas celebrados entre entidades sindicais e patronais e de profissionais na cidade da prestação dos serviços, encargos sociais e outros benefícios aos empregados, tais como: vale-transporte, vale-refeição, custos de uniformes, EPI's, remunerando toda e qualquer despesa direta necessária à execução dos serviços, para que não seja admitida qualquer contestação posterior quanto à sua composição, de modo que, nenhuma outra remuneração seja devida a qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

Com efeito, o Art. 7º, §2º, da Lei 8666/93, determina de forma incontestada que nas licitações as obras e serviços não poderão ser licitados quando inexistir orçamento detalhado em planilhas, de autoria da administração pública.

Assim determina a Lei, in verbis:

“Art. 7º [...]

§2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I- Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;



[Digite texto]



II- Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

“III- houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.”

“Relator: Conselheiro Moura e Castro

Representação nº 692.915

Representação – Licitação – Pedido de suspensão do procedimento licitatório concedido – Instrumento convocatório irregular – Exigências excessivas – Apreciação do Poder

Judiciário – Decisão judicial em agravo de instrumento pela realização do certame – Recurso de reconsideração – Jurisdição sobre a matéria compete ao Tribunal de Contas – Exceção

prevista na Carta Constitucional – Jurisdição prevista no art. 13 e art. 86 da CF/88 – Ocorrências de irregularidades constatadas no edital - Inexistência de planilhas de orçamento –

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina também já

Apreciou questão semelhante, asseverando a necessidade das planilhas de custos Unitários detalhados:

Cita-se a decisão exposta por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em seu livro demonstrando o entendimento do TCU quanto ao assunto:

“TCU, processo nº TC-500.117/96-9. Decisão nº 97/1997 – Plenário. Rel. Ministro Bento José Bugarin. Brasília, 19 de março de 1997.

Planilha de custos – ausência:

TCU decidiu: “... a ausência do orçamento estimado em planilhas e quantitativos de preços unitários pode ser considerada **falha formal**, quando não comprometer a lisura da licitação, conforme entendimento deste Tribunal (Decisões 148/96 – Plenário, 479/99 – Plenário e 020/2000 – Plenário)”. Processo nº TC-005.371/2002-8, Acórdão nº 993/2004 – 2ª Câmara.

A licitação em comento é complexa, englobando quantitativos minuciosos, que devem estar devidamente estipulados na planilha, a fim de que contratem-se empresas que cumpram as suas obrigações contratuais e legais.

Entende-se que, em um primeiro momento, a apresentação apenas do preço global facilita o processo licitatório para a Administração, pois a desonera, porém, é dever da Administração manter a isonomia entre as partes e isso só pode ser garantido quando souberem exatamente com o que se pretende gastar, ou seja, quais são as funções e os encargos esperados. Portanto, é de fundamental necessidade a existência de detalhamento das planilhas de gastos.

Dessa forma, a licitação deixou de cumprir requisito legal obrigatório no certame, principalmente no que se refere a não publicação de planilha detalhada dos custos unitários, criada pela Administração e anexada ao edital, sendo, pois, nulo de pleno direito, motivo pelo qual necessita da urgente retificação por parte desta entidade.

Pede-se, portanto, retificação desta falha por essa respeitável Comissão,

#### **Pedido:**

Destarte, e demonstrada a insuficiência da planilha de custos constante no Edital e seus anexos, requer a retificação do Edital de Concorrência 06/2012, promovido pela Prefeitura Municipal de Vacaria, nos termos supramencionados, ainda republicando-se o novo texto pelos meios oficiais, sendo garantida a reabertura do prazo para entrega dos envelopes, nos termos do § 4º, do art. 21 da Lei nº 8666/93.

Outrossim, requer sejam as respostas dessa impugnação encaminhadas ao e-mail: [licitações@engesaengenharia.com.br](mailto:licitações@engesaengenharia.com.br)

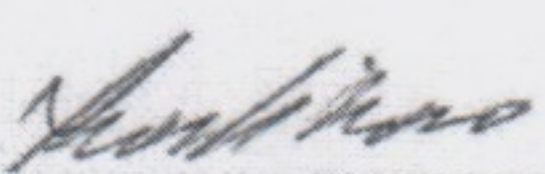
Pede deferimento,



[Digite texto]



Porto Alegre, 28 de dezembro de 2012.

  
Ivan Luis Basso  
CPF: 475.175.300-20